

Dossiê

Docência, ensino e aprendizagem na conjectura de livre-mercado

DOI: <https://doi.org/10.31990/agenda.2022.1.4> **Audrei Rodrigo da Conceição Pizolati**

Licenciado em História pela Universidade Luterana do Brasil (2013) - bolsista do Programa Universidade para Todos (ProUni), mestre (2018) e doutor em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2022) bolsista PROEX CAPES (2022). Tem experiência em pesquisa na área de Educação, com ênfase na História da Educação e História do Tempo Presente circunscrito aos Estudos das Políticas Educacionais - avaliação em larga escala, Teorias Economicistas e sua reciprocidade com o Campo da Educação. Membro pesquisador do Grupo Interinstitucional de Pesquisa em Docências, Pedagogias e Diferenças (GIPEDI/CNPq/UNISINOS). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0656-0995>. E-mail: audreipizolati@gmail.com.

123

RESUMO: Consoante o contexto de livre-mercado, procedeu-se a uma análise documental circunscrita à perspectiva da História do Tempo Presente e aos Estudos das Políticas Educacionais. Nesse sentido, a relação professor-aluno e ensino e aprendizagem engendrada sob o espectro do neoliberalismo, examinou-se marcos legais elaborados entre 1996 e 2020. Essas políticas e programas educacionais propendem a esmaecer a prática docente em virtude da autonomia do itinerário formativo e do protagonismo do estudante. Assim, o exercício da docência é conferido de novos sentidos em que o direcionamento economicista é assumido pela educação de recíproca, o paradigma neoliberal observa a cultura do empresariamento/empreendedorismo de si conforme analisados na materialidade examina. O escopo nessas políticas é forjar o alunado capaz de justapor em sua formação: projeto de vida com vistas à inserção social e ao mundo do trabalho – o que imbrica professor e aluno na perspectiva do aprender a aprender.

PALAVRAS-CHAVE: Educação – mercado; Projeto de vida; Itinerário formativo.

Recebido em: 24/09/2021

Aprovado em: 25/01/2022

1 Apontamentos iniciais¹

Este artigo examina como se desenvolve a confluência entre a educação e as teorias socioeconômicas na conjectura neoliberal, o que se engendra no advento da racionalidade de livre-mercado com vistas ao protagonismo estudantil em seu itinerário formativo.

¹ Esta pesquisa contou com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES/Brasil.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença *Creative Commons Attribution*, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

O interesse do empresariado pelo Campo da Educação

[...] está articulada a um deslocamento do ensino para a aprendizagem, implicando novas demandas às práticas pedagógicas. Partindo de alguns pressupostos sugeridos por esse deslocamento, evidencia-se como a aprendizagem adquire força e passa a ocupar uma posição de autoridade no discurso pedagógico, considerando-se as especificidades do cenário brasileiro. (LOPES; ENZWEILER, 2021, p. 4).

O interesse econômico na educação visa modelar o comportamento dos indivíduos consoante dos ditames do capitalismo internacional. Sendo assim, é fundamental acentuar os modos como as relações de ensino e de aprendizagem são ressignificadas de outros sentidos na contemporaneidade pós-moderna.

Nessa prisma, a “[...] concorrência e os modos empresariais de organização da vida operam, então, para além do campo econômico. Privilegiam-se esses aspectos em variados setores da vida, inclusive ingressando nas pautas da escolarização de nosso tempo.” (SILVA, 2019, p. 7). Outrossim, a “[...] disciplina neoliberal pressupõe que esse tipo de política de recompensas e punições torne-se referência para a decisão individual.” (NAGASE; AZEVEDO, 2021, p. 258). Nas abordagens educacionais analisadas, a microaprendizagem é ministrada de forma semelhante ao que tem sido observado no consumo de mídia audiovisual em plataformas de streaming (Netflix, Spotify, etc.). O novo sujeito difere do conceito clássico do passado (fordismo) porque com o advento da produção em rede e da tecnologia da informação propiciou um novo método de produção de artefatos. O anseio pela novidade que impulsiona o mercado consumidor exige técnicas de produção aprimoradas e em consonância à educação continuada – aprender a aprender².

Na educação, as mídias digitais e as redes sociais permitem pequenas doses de conhecimento (microaprendizagem) em novas disciplinas presentes no currículo cujo intuito é fomentar o empreendedorismo de si. A partir disso, percebe-se que o novo sujeito é claramente forjado sob a racionalidade do livre-mercado, em que o desempenho e a autonomia regem o sistema educacional.

Esse processo de autoformação do sujeito econômico, um processo subjetivo autoeducador e autodisciplinador pelo qual o indivíduo aprende a se conduzir. [...]

²² A microprática, microaprendizagem, novas disciplinas e aprendizagem são caracterizados como neologismos utilizados pelos autores deste estudo; o que reflete os princípios da narrativa neoliberal.

ele deve ser vigiado e avaliado para obter seu oportunismo intrínseco e forçá-lo a conjuntar seu interesse ao da organização que o emprega. A estratégia neoliberal consistirá, então, em criar o maior número possível de situações de mercado, isto é, organizar por diversos meios. [...] a *obrigação de escolher* para que os indivíduos aceitem a situação de mercado tal como lhes é imposta como *realidade*, isto é, como única *regra do jogo*, e assim incorporarem a necessidade de realizar um cálculo de interesse individual se não quiserem perder no jogo e, mais ainda, se quiserem valorizar seu capital pessoal num universo em que a acumulação parece ser a lei geral da vida. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 217).

Como mencionado acima, os termos autoeducação e autodisciplina denotam inferência de mercado no campo educacional. Nesse cenário, o indivíduo é convidado a pensar suas práticas de forma proativa e autônoma. Esse movimento que se consolida sob a racionalidade neoliberal é permeado pela discursividade neoliberal em que a educação pós-moderna e pós-fordista resulta em neo-alunos.

Desse modo, na subsequência da pesquisa os marcos legais elegidos para análise evidenciam a proximidade e a reciprocidade entre as teorias econômicas neoliberais e a educação, o que está mais explícito ao observar a etapa final da educação básica – ensino médio. O projeto de vida com vistas ao mundo de trabalho e geração de renda discorrem nesses documentos conforme apregoa a racionalidade de livre-mercado.

Na subsequência, elencam-se as ferramentas teórico-metodológicas selecionadas no escrutínio da materialidade e, após, é investigada a o contexto atual sob a viés do mercado e como o exercício da docência e da aprendizagem se constituem na cultura pré-figurativa e na sociedade assimétrica, conforme Mariano Narodowski (2016)³.

2 Teoria e método

Lançando mão teórica e metodologicamente da História do Tempo Presente e dos Estudos das Políticas Educacionais, as ferramentas conceituais selecionadas somam-se aos estudos foucaultianos, mais precisamente aos conceitos governamentalidade, discurso e subjetivação. Referente a ao Tempo Presente, denota-se que “[...] está associada à ideia de um conhecimento provisório que sofre alterações ao longo do tempo. Isso significa dizer que ela se reescreve constantemente, utilizando-se do mesmo material, mediante acréscimos, revisões e correções”

³ Sobre esse tema, indica-se a leitura de Silva (2022).

(DELGADO; FERREIRA, 2013, p. 23), o que resulta na dinamização e liquidez das relações sociais e de trabalho e de consumo de bens e de serviços.

A governamentalidade, conforme designa “[...] Foucault, [é uma] questão do ‘governo’ [e] está já desde o princípio fortemente relacionada com a questão do ‘autogoverno’”. E esta última questão, por sua vez, está claramente relacionada com o problema da subjetividade.” (LARROSA, 2002 *In*: SILVA, 2002 p. 53). O autogovernar está associado a capacidade de autonomia, o que reflete a influência de leis e discursividades que atravessam e subjetivam o neo-launo, fazendo um sujeito governável (FOUCAULT, 2008). Nesse cenário, é perceptível que “[...] o neoliberalismo pode ser examinado para além da crença na naturalidade do mercado ou na redução do campo de intervenção do Estado, situando-se como racionalidade orientadora das vidas contemporâneas.” (SILVA, 2017, p. 700). A metodologia assumida neste estudo não interpreta o liberalismo como algo dissociado do neoliberalismo, entretanto existem diferenciações conceituais entre ambas as teorias economicistas. Segundo Veiga-Neto (2013, p. 24):

[...] está bem claro que, ao invés de compreendermos o liberalismo e o neoliberalismo como ideologias de sustentação e justificação do capitalismo e do capitalismo avançado (respectivamente), é mais produtivo e pertinente compreendê-los como formas de vidas, como *éthos*, como maneiras de ser e de estar no mundo.

126

Conforme supracitado, a compreensão do *éthos* pode-se correlacionar com o conceito de governamentalidade, onde o liberalismo manifesta-se por intermédio de discursividades que subjetivam o indivíduo. Nesse sentido, a instituição escolar é descolada de sua definição clássica à não, não mais aparelha-se ao Estado ou da sociedade, e sim ao do indivíduo. Por conseguinte, do mercado e seus interesses no campo da educação. Nessa perspectiva, às instituições escolares ofertam e modelam o currículo no intuito de atender aos interesses individuais de cada estudante conforme em consonância com o apregoa a racionalidade de livre-mercado.

Para tanto, “[...] adaptar-se às diferentes situações socioeconômica. O processo formativo articula-se à individuação, ou seja, ao modo como se constitui a individualização do sujeito.” (PIZOLATI, 2020, p. 524). Nesse processo mobiliza-se o conceito de dispositivo que atravessa “[...] leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas.

Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos.” (FOUCAULT, 2000, p. 244).

Sendo assim, é fundamental discernir a diferença conceitual entre responsabilidade e responsabilização de si:

Por intermédio da autonomia, há o deslocamento da responsabilidade para a responsabilização, o que incide no recuo do Estado e da sociedade em relação ao *neossujeito* que é impelido ao ônus de suas escolhas de vida. A responsabilidade está para o compromisso intrapessoal ou junto a uma causa, posto que a responsabilização denota um sentenciamento resultante de determinadas atitudes assumidas pelo indivíduo — para si. (PIZOLATI, 2021).

Por meio de suas decisões formativas e circulares de se impor como pessoa, o indivíduo é levado a pensar sobre si mesmo e sua relação com o mundo, utilizando a realidade do mercado como contexto para administrar sua vida. Conforme Foucault (1992; 2012), o discurso atende aos limites de um determinado sistema estabelecido pela prática neoliberal e visa subordinar a conduta de si. Nesse contexto, a prática discursiva ratifica discursos sobre empreendedorismo e o empresariamento e si.

127

Na “[...] exterioridade da produção enunciativa, como em instituições e suas ordenações, nos modos de comportamento dos sujeitos e nos regimes de verdade estabelecidos.” (GRIPP; SILVEIRA, 2021, p. 47). Esse regime formativo privilegia a performance e a competitividade. O processo de subjetivação tem por finalidade a formação de indivíduos flexíveis e adaptáveis as demandas e as contingências do mundo do trabalho. Somado a isso, a educação deverá promover a proatividade e a responsividade no ensejo de forjar estudantes atrativos e inovadores.

Diante disso, foram identificados marcos legais que sustentam o início de uma agenda neoliberal na política educacional, especialmente na formação da relação de ensino e de aprendizagem subjaz à prática docente. Os materiais foram selecionados a partir das categorias de análise que refletem os novos paradigmas da gestão educacional neoliberal: ensino médio, resiliência, aprender a aprender, percursos educativos, competências e mundo do trabalho – emprego e geração de renda consoante a literatura e os marcos legais analisados aqui: Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica; Base Nacional Curricular Comum. Etapa Ensino Médio. Educação é a Base, 2018a; Projeto de vida: ser ou existir? Implementação. Base Nacional Curricular Comum.

Etapa Ensino Médio. Educação é a Base. Brasília, 2018b; Resolução CNE/CP nº 1, de 27 de outubro de 2020; CNE/CP N. 14/2020, 10 de julho de 2020.

Isto posto, na subsequência da pesquisa é realizada uma análise da difusão do discurso neoliberal na educação e na prática docente à luz da conjectura de livre-mercado.

3 Docência e aprendizagem em sociedade assimétrica e cultura pré-figurativa

Na sociedade assimétrica e na cultura pré-figurativa (NARODOWSKI, 2016), o diálogo entre docentes e discentes é permeada por outros sentidos que influem no ensino e no aprendizado, o que decorre da transição de uma sociedade liberal e fordista prevalente até os anos 1980 e após esse período torna-se neoliberal e toyotista.

A educação no século XXI tende a valorizar o protagonismo estudantil, que por sua vez tem autonomia para delinear seu itinerário formativo com base nos conteúdos que considerada fundamentais para o seu currículo e projeto de vida. Termos clássicos de professor, aluno e escola são redefinidos. Os alunos são chamados de aprendentes, os professores são chamados de facilitadores ou apoiadores da aprendizagem, as escolas ou salas de aula são nomeadas como ambientes de aprendizagem, “[...] sentido de uma ‘educação ao longo da vida’.” (BIESTA, 2018, p. 22-23). Esse método assumido pela educação está alicerçado na aprendizagem ao longo da vida à qual responde as demandas de mercado, conformidade denota com a Resolução CNE/CP Nº 1, de 27 de outubro de 2020 (BRASIL, 2020a).

A racionalidade neoliberal não se baseia inteiramente na aquisição de bens duráveis, o que se reflete no consumo de bens não duráveis visando a autoimagem. A ênfase nas relações sociais, de trabalho e de consumo associa-se à inovação. O resultado desse processo é a desconstrução de práticas fordistas, que reflete na reconfiguração da relação entre ensino e aprendizagem e na educabilidade desses novos sujeitos. Assim, o “rejuvenescimento” e o “fim da infância” dos adultos tornam-se novos paradigmas que redefinem e influenciam sua posição em sociedade, pois presumivelmente as crianças, neste caso os jovens (adolescentes), não estão mais à mercê da incapacidade de tomar decisões. “Isso não significa, é claro, que esteja imune a qualquer fragilidade, mas que mudaram os modos como esta última se manifesta: trata-se de uma vulnerabilidade semelhante à que afeta

também os adultos – embora, às vezes, os pequenos pareçam mais seguros e ‘senhores de si’ que seus pais e professores.” (SIBILIA, 2012, p. 109-110).

Coerente com o entendimento de Sibilía (2012), Narodowski (2016) aponta que nas culturas pós-figurativas e liberais características do fordismo, as crianças e os jovens precisavam de cuidados, enquanto nas correntes neoliberais pré-figurativas e toyotista esse zelo não existe mais. mais, ou se manifestar de outros modos. A autonomia do aluno é desenvolvida durante o processo de formação, diferentemente do passado, onde o aluno se tornava sujeito autônomo somente após a finalização do ciclo escolar, cuja autonomia seria adquirida de fato. Historicamente, no fordismo, a autonomia era fruto de um processo escolar em que os professores teriam um papel ativo; hoje, os novos sujeitos têm liberdade para definir o rumo de sua formação, esmaecendo, assim, a prática docente. Ao aluno é permitido traçar seu currículo, e a relação professor-aluno torna-se assimétrica, redefinindo o exercício da docência e o próprio conceito de adultez.

Da mesma forma, essas novas crianças prefigurativas parecem não ansiar desesperadamente por fazer parte do mundo adulto, e a adolescência não parece mais uma idade conflituosa da qual se deve fugir rapidamente ou o momento máximo de rebeldia em que a autoridade adulta era invariavelmente desafiada. (NARODOWSKI, 2016, p. 88-89)⁴.

129

Os alunos são responsáveis por escolher o que compõe seu currículo e os elementos morais e culturais que definirão sua cidadania. O professor, por sua vez, tende a renunciar a sua predominância e se aproximar cada vez mais da forma como se comporta o aluno, porque ser jovem é sinônimo de ser inovador. Logo, o “rejuvenescimento” é desejável e valorizado em uma sociedade neoliberal, como mencionado anteriormente. Por meio do “aprender a aprender”, a aquisições de “[...] conhecimentos e habilidades úteis para o funcionamento da economia – com referência ao mercado de trabalho e à competição – e para adaptações flexíveis às condições em permanente mudança.” (BIESTA, 2018, p. 26). Nesse prisma, “[...] a prefiguração e o pós-modernismo se lançam intensamente contra os núcleos da definição clássica de educação.” (NARODOWSKI, 2016, p. 199).

Essa nova conjectura socioeconômica promove a personalização e a responsabilidade do indivíduo, ao mesmo tempo em que fomenta a competitividade consigo mesmo e com os outros. O

⁴ Referente às citações de Narodowski (2016) presentes nesse texto, salienta-se que essas inferências foram todas traduzidas pelo autor do idioma espanhol para o idioma português.

cerne do neoliberalismo produz novos sujeitos reais e flexíveis, a juventude não é mais um aspecto negativo (imaturidade); se não positivo, porque essa condição remete ao novo, o significado do termo é implicar em inovação. Leia: arrojado.

Em outras palavras, essas mudanças fazem com que os adolescentes não sejam mais os mesmos. A ideia de uma criança dependente, obediente e heterônoma pacientemente construída ao longo de várias siglas é desafiada pela apreciação da infância, dos jovens, da inexperiência das gerações mais jovens. Ser jovem (mesmo sendo criança ou adolescente) não é mais um personagem que será determinado pela ação formativa adulta correta ao longo do tempo, mas, pelo contrário, constitui uma série de atributos positivos não apenas neles. (NARODOWSKI, 2016, p. 92-93).

O processo educativo do neossujeito visa desenvolver uma capacidade de aprendizagem contínua, e a educação promove nos alunos a aquisição e a melhoria da competência e da performance, com base nas “[...] micropráticas de representação/fabricação, julgamento e comparação.” (Ball, 2010, p. 50). Para tanto, as adaptações curriculares articulam o clientelismo educacional aos indivíduos que por sua vez almejam o reconhecimento e a ascensão social por intermédio de uma educação inovadora e individual – única. (SANDEL, 2021).

A relação entre o trabalho e a cultura pré-figurativa (NARODOWSKI, 2016) é feita a partir da flexibilidade e da possibilidade de modelagem curricular e de si que inflige ao estudante a responsabilidade por suas escolhas de vida (BROOKE, 2018). Do ponto de vista da cultura empresarial, o “fracasso” ou “sucesso” social e econômico não virá mais apenas da educação fornecida pelo governo, mas dos processos de gerência de vida.

No presente, o trabalho educacional consistirá em oferecer diferentes oportunidades de formação, cabendo ao aluno definir os conteúdos que irão construir seu currículo de acordo com as necessidades e demandas específicas do mercado. Na era do “hedonismo pedagógico”, entende-se que o bem-estar pessoal corrobora ao bem-estar coletivo; portanto, a formação deve considerar e satisfazer os interesses do alunado similar a relação entre um produto e seu consumidor. Além disso, em uma sociedade neoliberal, os alunos-clientes visam não apenas a formação integral, mas uma possível educação *à la carte*.

Por isso, não ficando aquém da realidade neoliberal, as políticas educacionais brasileiras tendem a simplificar e padronizar o sistema educacional do indivíduo por meio da Nova Reforma do Ensino Médio. Na BNCC (BRASIL, 2018a), é reconhecida a tendência educacional para o neoliberalismo, onde a liderança juvenil tem o direito de gerir a vida e escolher o conteúdo do programa de formação. Este método de ensino e aprendizagem está em linha com o que o mercado pretende, pois a Base pretende

[...] Estimular a construção de currículos flexíveis, que permitam itinerários formativos diversificados aos alunos e que melhor respondam à heterogeneidade e pluralidade de suas condições, interesses e aspirações, com previsão de espaços e tempos para utilização aberta e criativa. (BRASIL, 2018a, p. 467).

Portanto, pode-se perceber pela citação acima que os discursos produzidos no setor econômico muitas vezes impactam os objetivos educacionais, sendo evidente a não separação dos interesses do empresariado no setor educacional. Dessa forma, combina a realidade do cotidiano escolar com os desafios do mundo do trabalho.

[...] é imprescindível ao indivíduo a aquisição da capacidade de se flexibilizar frente às contingências e, assim, forjar-se em um aprendente *continuum* — por toda a vida. Esse exercício de si inicia-se a partir da tomada de decisões concernentes à modelação de conteúdos curriculares pelo educando ao ingressar no Novo Ensino Médio. (PIZOLATI, 2021).

O mercado exige do indivíduo uma capacidade constante de adaptação às contingências que ele mesmo produz, para que desse modo, na produção de bens (duráveis, não duráveis e serviços) os lucros sejam maximizados, reduzindo a necessidade de mão de obra. Nesse caso, o mesmo trabalhador (colaborador) desempenha diferentes tarefas na cadeia produtiva, o que pressupõe no aumento de seu desempenho e eficácia. Em outras palavras, na sociedade pré-figurativa e assimétrica, os processos de ensino e aprendizagem são ressignificados para atender a interesses econômicos e neoliberais, onde a partir da proatividade e da responsividade visam-se a constituição da resiliência.

Assim, de acordo com a realidade neoliberal que prioriza a formação continuada cujo objetivo é manter-se atualizado e competitivo, em 2012 foram discutidas no Conselho Nacional de Educação diferentes propostas que estabeleceram as Diretrizes Nacionais para o Currículo da

Educação Básica - DCN (Brasil, 2013) a fim de adequar a real situação social do aluno e da escola ao contexto da aprendizagem. “Esse novo modo de ser requer que o aluno, para além de adquirir determinadas informações e desenvolver habilidades para realizar certas tarefas, deve aprender a aprender, para continuar aprendendo.” (BRASIL, 2013, p. 163). Nesse cenário mercadológico, “[...] o trabalho, [é] tomado este como princípio educativo, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de enfrentar novas condições de ocupação e aperfeiçoamento posteriores;” (BRASIL, 2013, p. 71). O exercício da docência nessa conjectura que Narodowski (2016) apresenta,

Requer o desenvolvimento de competências para aprender a aprender, saber lidar com a informação cada vez mais disponível, atuar com discernimento e responsabilidade nos contextos das culturas digitais, aplicar conhecimentos para resolver problemas, ter autonomia para tomar decisões, ser proativo para identificar os dados de uma situação e buscar soluções. (BRASIL, 2018a, p. 14).

A profissão docente exige uma reflexão sobre as práticas dos professores em sala de aula, o que muitas vezes resulta no esmaecimento de sua autonomia frente ao protagonismo do aluno, em que o princípio do “aprender a aprender” rege a ambos.

Essas novas exigências requerem um novo comportamento dos professores que devem deixar de ser transmissores de conhecimentos para serem mediadores, facilitadores da aquisição de conhecimentos; devem estimular a realização de pesquisas, a produção de conhecimentos e o trabalho em grupo. Essa transformação necessária pode ser traduzida pela adoção da pesquisa como princípio pedagógico. (BRASIL, 2013, p. 163).

Portanto, sob a égide do autoempreendedorismo o indivíduo percebe-se similar a uma empresa, nesse processo seus funcionários a força de trabalho são substituídos por competências e habilidades o diferenciam. Em suma, o funcionário (lógica liberal fordista) assume o lugar de colaborador ou associado (lógica neoliberal toyotista). Esse processo que incide na economia é estimulado na escola a partir do processo de planejamento curricular e visa aproximá-la da realidade de trabalho e geração de renda, incluindo professores e alunos que estão permeados pela lógica de livre mercado.

Art. 4º A Formação Continuada de Professores da Educação Básica é entendida como componente essencial da sua profissionalização, na condição de agentes formativos de conhecimentos e culturas, bem como orientadores de seus educandos nas trilhas da aprendizagem, para a constituição de competências, visando o complexo desempenho da sua prática social e da qualificação para o trabalho. (BRASIL, 2020a, p. 2).

Art. 7º A Formação Continuada, para que tenha impacto positivo quanto à sua eficácia na melhoria da prática docente, deve atender as características de: foco no conhecimento pedagógico do conteúdo; uso de metodologias ativas de aprendizagem; trabalho colaborativo entre pares; duração prolongada da formação e coerência sistêmica; (BRASIL, 2020a, p. 6).

Conforme supracitado, à docência segundo a Resolução CNE/CP Nº 1, de 27 de outubro de 2020, Capítulo IV Da Formação ao Longo da Vida (BRASIL, 2020a), propõem uma formação que justapõe professores e alunos sob a lógica do “aprendizado ao longo da vida”. No Parecer CNE/CP N. 14/2020, 10 de julho de 2020, denota-se que “[...] o aprendizado ao longo da vida dos professores. [reflete] efetivamente para o aprendizado do professor ao longo de sua vida profissional, resultando, assim, na aprendizagem escolar de seus estudantes.” (BRASIL, 2020b, p. 7-8).

133

4 Considerações finais

Conforme examinado ao longo deste estudo, a inclusão social e a inserção ao mundo do trabalho adentram na escola por intermédio da seleção de conteúdos e outras atividades formativas (como práticas de empreendedorismo e educação financeira) que muitas vezes subordinam os estudantes brasileiros ao conceito de livre-mercado. A educação moderna visa promover a diversidade, formando a pessoas únicas e autênticas conforme almeja a racionalidade neoliberal.

Com esse modelo de gestão educacional visando o protagonismo do aluno, o neossujeito é responsabilizado pelo (in)sucesso de sua decisão de vida – conforme analisado. Portanto, esse protagonismo juvenil se dá dentro e a partir da discursividade neoliberal que atravessa o campo da educação e da sociedade assimétrica e pré-figurativa. Nesse processo, o objetivo é modelar a conduta de si com ênfase ao que apregoa a discursividade empresarial.

Supõe-se que a capacidade de “aprender a aprender” com base na inserção ao mundo do trabalho resultará em sua emancipação social, o que se desenvolverá de modo individual e meritocrático. Sobre isso, Sandel (2021) aponta que esse modelo de autorregulação social tende a

dividir a sociedade em “vencedores” e “perdedores”, o que gera arrogância e discriminação e não igualdade entre as pessoas. Este regime calcado na meritocracia é fruto da sociedade de consumo e de competição onde não se pretende eliminar a desigualdade social, supõe-se o contrário. A competição acirrada entre si e entre todos tende se consolidar de modo cada vez mais contundente na sociedade de livre-mercado, subdividindo as pessoas em “colaboradores” e em “empreendedores”. Ambos, tanto o colaborador quanto o empreendedor, tornam-se, então, uma empresa de si, cujo objetivo é oferecer suas competências e habilidades ao mercado. A educação torna-se um campo de disputa por sua capacidade de ressonância com a sociedade. À vista disso, com a reforma curricular nacional a

[...] maciça maioria de estudantes será designado uma formação voltada para o mercado de trabalho. Aos seletos e privilegiados membros sociais estarão resguardadas as benesses de uma educação genuína e verdadeiramente de qualidade, capaz de formá-los para o ingresso no ensino superior e, assim, assegurar-lhes à ascensão social. (PIZOLATI, 2020, p. 39).

134

Como mencionado acima, a influência da racionalidade do livre-mercado adentra gradativamente no Brasil durante a década de 1990 e, na atualidade, essas políticas e discursos empresariais visam estabelecer pessoas flexíveis no que inclui as diferentes realidades de trabalho e responsáveis por suas escolhas de vida. Portanto, a racionalidade neoliberal responsabiliza a priori os estudantes pelos resultados da gestão de sua vida, “responsabilidade” do “fracasso” e jactância do “sucesso”.

Na formação educacional, mais precisamente no ensino médio, o professor é responsável por auxiliar o aluno no processo de aprendizagem, o que expõe o esmaecimento da prática de ensinar em prol do protagonismo dos estudantes e da aprendizagem. Os modos de condução da conduta de si e dos outros no neoliberalismo visa o aumento do desempenho individual. Nesse caso, o aluno e o professor são classificados como sujeitos passíveis de serem mensurados com base em seus resultados e nas políticas de avaliação em larga-escala. Assim, almeja-se uma sociedade de empreendedores e empresários de si próprios capazes de “aprender a aprender” pelo longo da vida.

6 Referências

BALL, Stephen J. Performatividades e fabricações na economia educacional: rumo a uma sociedade performativa. **Educação & Realidade**, v. 35, n. 2, p. 37-58, jun./ago. 2010. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/15865>. Acesso em: 08 mai. 2021.

BIESTA, Gert. O dever de resistir: sobre escolas, professores e sociedade. **Educação**, v. 41, n. 1, p. 21-29, jun./ago. 2018. DOI: <https://doi.org/10.15448/1981-2582.2018.1.29749>.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional**. Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 05 mai. 2021.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Conselho Nacional da Educação. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file>. Acesso em: 22 mar. 2021.

BRASIL. **Base Nacional Curricular Comum**. Etapa Ensino Médio. Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2018a. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 15 mar. 2021.

135

BRASIL. **Projeto de vida: ser ou existir? Implementação**. Base Nacional Curricular Comum. Etapa Ensino Médio. Educação é a Base. Brasília, 2018b. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/implementacao/praticas/caderno-de-praticas/aprofundamentos/200-projeto-de-vida-ser-ou-existir#:~:text=O%20projeto%20de%20vida%20traz,o%20que%20est%C3%A1%20por%20vir.&text=%E2%80%9CIdealizar%20a%20pr%C3%B3pria%20vida%20%C3%A9,o%20meio%20em%20que%20vive%22>. Acesso em: 14 abr. 2021.

BRASIL, **Resolução CNE/CP nº 1, de 27 de outubro de 2020**. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO/MEC, Brasília, 2020a. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-1-de-27-de-outubro-de-2020-285609724>. Acesso em: 23 set. 2021.

BRASIL. **Parecer CNE/CP N. 14/2020**, 10 de julho de 2020. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Brasília, 2020b. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/pec-g/33371-cne-conselho-nacional-de-educacao/85201-parecer-cp-2020#:~:text=Parecer%20CNE%2FCP%20n%C2%BA%2014,\(BNC%2DForma%C3%A7%C3%A3o%20Continuada](http://portal.mec.gov.br/pec-g/33371-cne-conselho-nacional-de-educacao/85201-parecer-cp-2020#:~:text=Parecer%20CNE%2FCP%20n%C2%BA%2014,(BNC%2DForma%C3%A7%C3%A3o%20Continuada). Acesso em: 23 set. 2021.

BROOKE, Nigel. O FUTURO DAS POLÍTICAS DE RESPONSABILIZAÇÃO EDUCACIONAL NO BRASIL. **Cadernos de Pesquisa**, v. 36, n. 128, p. 377-401, mai./ago. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cp/v36n128/v36n128a06.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2021.

BROOKE, Marilda de Oliveira; SILVA, Leonardo Almeida da. Educação e democracia: Base Nacional Comum Curricular e Novo Ensino Médio sob a ótica de entidades acadêmicas da área educacional. **Revista Brasileira de Educação**, v. 24, p. 1-23, dez. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-24782019240047>.

DARROT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELGADO, Lucília; FERREIRA, Marieta de Moraes. (2013). História do Tempo Presente e Ensino de História. **Revista História Hoje**, n. 2, v. 4, p. 19-34, abr./jun. 2013. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/viewFile/90/70>. Acesso em: 09 abr. 2021.

FOUCAULT, Michel. A governamentalidade. In: FOUCAULT, Michel. 277-293. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1992. p. 277-293.

FOUCAULT, Michel. **Du Gouvernement des vivants**. (1979-1980). Paris: EHESS; Gallmard; Seuil, 2012.

FOUCAULT, Michel. **O Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FUNDAÇÃO LEMANN. Relatório 2002. Disponível em: http://www.fundacaolemann.org.br/uploads/arquivos/ra_2002.pdf. Acesso em: 21 dez. 2012.

GRIPP, Phillip, & SILVEIRA, Ada Cristina. A ambivalência discursiva e representacional dos lugares de fala. **RALED**, v. 21, n. 1, p. 46-61, jan./mar. 2021. DOI: <https://doi.org/10.35956/v.21.n1.2021.p.44-61>.

LARROSA, Jorge. Tecnologias do Eu e Educação. In: Silva, Tomaz Tadeu da. 35-86. **O sujeito da Educação**: Estudos Foucaultianos. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 35-86.

LOPES, Maura Corcini; ENZWEILER, Deise Andrea. Tendências discursivas sobre aprendizagem no campo pedagógico contemporâneo brasileiro. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 29, n. 20, p. 4-25, jun./ago. 2021. DOI: <https://doi.org/10.14507/epaa.29.5624>.

NAGASE, Raquel Hissae; AZEVEDO, Mário Luiz Neves de. Política de avaliação e performatividade: gerencialismo, biopoder e controle social. **Revista Linhas**, v. 22, n. 48, p. 248-266, jan./abr. 2021.

NARODOWSKI, Mariano. **Un mundo sin adultos**. - 1º ed. - Buenos Aires, Debate, 2016.

PIZOLATI, Audrei Rodrigo da Conceição. A influência do discurso neoliberal na governamentalidade pedagógica no Brasil contemporâneo. **Cocar**, v. 14, n. 28, p. 521-540 abr./jun. 2020. DOI: <https://doi.org/10.31792/rc.v14i28>.

PIZOLATI, Audrei Rodrigo da Conceição. A instituição da racionalidade neoliberal nas políticas educacionais brasileiras a partir dos princípios “continuar aprendendo” e “aprender a aprender”. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas/ Education Policy Analysis Archives**, Arizona, v. 29, n. 150, p. 1-29, nov. 2021. DOI: <https://doi.org/10.14507/epaa.29.6023>. Disponível em: <https://epaa.asu.edu/ojs/index.php/epaa/article/view/6023>. Acesso em: 08 nov. 2021.

PIZLATI, Audrei Rodrigo da Conceição; ALVES, Alexandre, RESPONSABILIZAÇÃO, MERITOCRACIA E DESFILIAÇÃO SOCIAL NO BRASIL. **EccoS – Rev. Cient.**, São Paulo, n. 58, p. 1-19, jul./set. 2021. DOI: <https://doi.org/10.5585/eccos.n58.11137>.

SANDEL, Michael. **A tirania do mérito**: o que aconteceu com o bem-estar comum? Tradução: Bhuvi Libanio. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

SIBILIA, Paula. **Redes ou paredes**: a escola em tempos de dispersão. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

SILVA, Roberto Rafael Dias da. Emocionalização, algoritimização e personalização dos itinerários formativos: como operam os dispositivos de customização curricular? **Currículo Sem Fronteiras**, v. 17, n. 3, p. 699-717, set./dez. 2017. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol17iss3articles/silva.pdf>. Acesso em: 03 mai. 2021.

137

SILVA, Roberto Rafael Dias da. A individualização dos percursos formativos como princípio organizador das políticas curriculares para o Ensino Médio no Brasil. **Ensaio**: aval. pol. públ. educ., v. 103, n. 17, p. 1-17, 2abr./jun. 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362018002601254>.

SILVA, Roberto Rafael Dias da. REPENSAR A EDUCAÇÃO EM SOCIEDADES PRÉ-FIGURATIVAS: UMA LEITURA PROVOCATIVA. **Revista de Educação Pública**, Campo Grande, v. 31, n. jan./dez., p. 1-4, 2022. DOI: 10.29286/rep.v31jan/dez.7316.

VEIGA-NETO, Alfredo. Governamentalidade e educação. **Revista Colombiana de Educación**, v. 65, n. 2, p. 19-42, ago./dez. 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4136/413634077002.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2021.

Teacher, teaching and learning in the free-market conjecture

ABSTRACT: Depending on the free-market context, a documental analysis was carried out limited to the perspective of the History of the Present Time and Studies of Educational Policies. In this sense, the teacher-student relationship and teaching and learning engendered under the specter of neoliberalism, legal frameworks elaborated between 1996 and 2020 were examined. student protagonist. Thus, the exercise of teaching is given new meanings in which the economic direction is assumed by reciprocal education, the neoliberal paradigm observes the culture of entrepreneurship/entrepreneurship of the self as analyzed in the materiality examines. The scope of these policies is to forge the students capable of juxtaposing in their formation: a life project with a view to social insertion and the world of work - which imbricates teacher and student in the perspective of learning to learn.

KEYWORDS: Education – market; Life project; Training itinerary.

Professor, enseñar y aprender en la conjetura del libre mercado

RESUMEN: En función del contexto de libre mercado, se realizó un análisis documental acotado a la perspectiva de la Historia del Tiempo Presente y Estudios de Políticas Educativas. En ese sentido, se examinaron los marcos legales elaborados entre 1996 y 2020 sobre la relación docente-alumno y la enseñanza y el aprendizaje engendrados bajo la sombra del neoliberalismo. Así, el ejercicio de la docencia adquiere nuevos significados en los que la dirección economicista es asumida por la educación recíproca, el paradigma neoliberal observa la cultura del emprendimiento/emprendimiento del yo tal como se analiza en la materialidad examinada. El alcance de estas políticas es forjar estudiantes capaces de yuxtaponer en su formación: un proyecto de vida con miras a la inserción social y al mundo del trabajo – que imbrica profesor y alumno en la perspectiva de aprender a aprender.

PALABRAS CLAVE: Educación – mercado; Proyecto de vida; Itinerario formativo.